

PELE NEGRA, DESEJO BRANCO: CONTRIBUIÇÕES DE LÉLIA GONZALEZ E FRANTZ FANON CONTRA A FARSA DA DEMOCRACIA RACIAL

Aline Cristina Pelozo Rabaglio¹
Gabriela Nascimento Cardoso Vieira²

1 Aline Cristina Pelozo Rabaglio, Itanhaém-SP. Graduada em Serviço Social. Mestranda pelo Programa de Pósgraduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Unifesp, Campus Baixada Santista, Santos-SP. Membro do Núcleo de Estudos: Reflexos dos Palmares sob coordenação da Prof.^a Dra. Renata Gonçalves e Grupo de Estudos e Pesquisas “Mundo do Trabalho, Serviço Social e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora sob coordenação da Prof.^a Dra. Edvânia Ângela de Souza. E-mail institucional: aline.rabaglio@unifesp.br

2 Gabriela Nascimento Cardoso Vieira, Santos-SP. Graduada em Serviço Social pela Unifesp Campus Baixada Santista. Membro do Coletivo Negro Dona Ivone Lara e extensionista do Projeto Práticas Sociais e Urbanas na mesma instituição. E-mail institucional: g.vieira05@unifesp.br

1. INTRODUÇÃO

O discurso da democracia racial, por muito tempo, construiu a imagem de um Brasil harmônico, miscigenado e sem conflitos étnico-raciais. No entanto, esse ideal se sustenta em uma narrativa falaciosa, que ignora os processos históricos de dominação, exploração e violência sistemática contra os povos africanos, indígenas e seus descendentes. No centro dessa construção está a mulher negra, alçada à condição de objeto erótico e servil, cuja imagem se consolidou culturalmente como mulata, mucama, ama de leite e, mais recentemente, como “produto de exportação” nas práticas turísticas e carnavalescas. Para a autora, a democracia racial não passa de um discurso que mascara as profundas desigualdades raciais no país: “O grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava” (Gonzalez, 2020, p. 60).

Neste artigo, propomos uma análise crítica sobre esse mito, a partir da centralidade do corpo da mulher negra como território de opressão, erotização e controle social. Nosso ponto de partida é ético-político e nasce do compromisso com a crítica ao racismo estrutural e à branquitude como norma. A pesquisa se insere no campo do Serviço Social crítico, orientada por fundamentos teóricos que articulam o pensamento de Lélia Gonzalez (2020) e Frantz Fanon (2008), na análise das formas de dominação simbólica, subjetiva e institucional vividas por mulheres negras. Esse trabalho também resulta de nossas trajetórias acadêmicas e pessoais, nas quais reconhecemos a necessidade de descolonizar saberes e escutar as vozes negras silenciadas.

Espaços como o I Seminário Movimentos Sociais & Lutas Antirracistas: Entre Lutas e Epistemes, promovido pela ELCA – UERJ/RJ e NEMOS – PUC/SP, assumem papel estratégico na disputa por narrativas, sentidos e saberes. Em um cenário marcado pela intensificação das desigualdades estruturais e pelo avanço de discursos negacionistas, compreendemos que esses encontros possibilitam a construção coletiva de conhecimento. Assim, nossa participação não é apenas acadêmica, mas profundamente política: trata-se de ocupar os espaços de debate com narrativas comprometidas com a justiça racial e com a desnaturalização dos privilégios que sustentam o pacto da branquitude.

Aqui falamos em primeira pessoa: Meu interesse em participar deste seminário foi fortemente motivado ao longo da Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, por meio das unidades curriculares cursadas, das participações em atividades acadêmicas, das publicações realizadas e formação antirracista. Nessa trajetória, eu, “Aline Rabaglio”, venho desenvolvendo minha dissertação, que aborda branquitude e racismo, com foco em um estudo sobre as trajetórias de magistradas negras em cargos de poder no Judiciário Brasileiro, especificamente desembargadoras e ministras, situadas em um espaço historicamente conservador, elitizado, branco e heterossexual (CNJ, 2023). Para mim, “Gabriela Vieira”, como estudante da graduação em Serviço Social pela mesma instituição, este estudo emerge do compromisso com o enfrentamento das desigualdades estruturais, da participação em coletivos negros e das ações extensionistas das quais faço parte.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

O estudo adota uma abordagem qualitativa, com base na análise de discurso e na revisão crítica da literatura. A análise apoia-se principalmente nas contribuições de Lélia Gonzalez, especialmente em seu texto “Democracia racial? Nada disso!” (2020), no qual a autora desmonta a ideia de que o Brasil teria superado o racismo por meio da miscigenação. Gonzalez (2020) evidencia que a democracia racial serve como “mecanismo de ocultação” para manter a

população negra em posições subalternizadas, com destaque para a erotização da mulher negra como mecanismo de controle e inferiorização.

Frantz Fanon, em “Pele negra, máscaras brancas” (2008), contribui de forma decisiva para a compreensão dos efeitos psíquicos e sociais do racismo internalizado, principalmente no capítulo “A mulher de cor e o branco”. Nessa análise, o autor examina como a mulher negra, em contextos colonizados, é frequentemente levada a buscar a validação afetiva e social por meio do homem branco, como forma de acessar o que seria uma valorização racial simbólica, marcada pelo ideal de embranquecimento.

Ambos os autores fornecem categorias fundamentais para desvelar as engrenagens do racismo à brasileira, cujas expressões se manifestam nas interações cotidianas, nas instituições públicas e nas subjetividades forjadas sob dominação. Além disso, dialogamos com as contribuições de Bento (2022), assim como na dissertação, na qual descrevo o pacto da branquitude para demonstrar que as instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistemas de valores, mas também o perfil de seus empregadores e lideranças, majoritariamente masculino e branco, como aponta a autora (Bento, 2022, p. 18).

Essa estrutura analítica permite articular elementos teóricos, históricos e políticos que desconstruem a ideologia da democracia racial e suas implicações na vida das mulheres negras no Brasil. Com isso, pretendemos contribuir para a crítica ao racismo estrutural a partir de uma lente interseccional, fundamentada no Serviço Social.

3. RESULTADOS

A análise revelou que o discurso da democracia racial opera como um recurso simbólico de manutenção das desigualdades raciais, de modo a invisibilizar os conflitos históricos e as formas contemporâneas de violência. Na base desse discurso está a construção da mulher negra como figura exótica, disponível e inferiorizada. Essa representação atravessa o imaginário nacional e está associada a heranças coloniais profundamente enraizadas.

Segundo Gonzalez (2020, p. 60), “a divisão racial do trabalho” e a erotização do corpo negro colocam a mulher negra em um duplo lugar: o da invisibilidade enquanto sujeito político e o da hipervisibilidade enquanto objeto de desejo ou serviço. Essa ambivalência torna-se um dos pilares da organização social brasileira, sustentada em uma lógica que racializa e sexualiza a existência da mulher negra desde a escravidão até os dias atuais.

Fanon (2008) complementa esse diagnóstico ao identificar o desejo de embranquecimento como resposta às violências simbólicas. O autor denuncia como o racismo internalizado leva a mulher negra a renegar sua identidade para se adequar ao padrão de beleza e comportamento branco, em um processo de autonegação identitária. Trata-se de uma violência que não deixa marcas visíveis, mas que opera cotidianamente nas estruturas sociais e nas relações interpessoais.

Nosso estudo também identificou que a ideologia da miscigenação “tida como marca da brasilidade” é, na verdade, um instrumento de negação da negritude. A mulher negra, nesse contexto, não é reconhecida como sujeito de desejo e potência, mas como marca de um passado escravocrata, funcional à estrutura capitalista e patriarcal. Essa condição afeta diretamente sua mobilidade social, acesso a direitos e a construção de sua identidade.

No campo do Serviço Social, esse cenário impõe desafios ético-políticos. A formação profissional exige um posicionamento crítico diante do racismo institucional e das expressões da *Questão Social*³ que recaem com maior intensidade sobre mulheres negras. Isso inclui reconhecer o pacto da branquitude como um mecanismo de subordinação racial e da naturalização dos privilégios brancos, como propõe Bento (2022).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das contribuições de Gonzalez (2020) e de Fanon (2008), este trabalho buscou tensionar os limites da ideia de democracia racial, denunciando sua função como instrumento ideológico de dominação. A análise crítica do corpo da mulher negra como território de opressão revela não apenas as continuidades coloniais, mas também a necessidade de confrontar a branquitude como projeto de poder.

Reafirmamos o compromisso ético e político do Serviço Social com a luta antirracista e com a desconstrução das estruturas que reproduzem desigualdades raciais, conforme nos convoca Bento (2022). A atuação profissional deve ser orientada pela escuta ativa das vozes negras, pelo enfrentamento das violências simbólicas e pela denúncia dos dispositivos de poder que naturalizam privilégios, mantendo a reprodução do racismo estrutural. A pesquisa aqui apresentada contribui para a produção de conhecimento comprometida com a transformação social, rompendo com paradigmas eurocêntricos e abrindo espaço para epistemologias negras e feministas. A crítica à democracia racial e à erotização do corpo negro é um passo necessário para descolonizar o pensamento e resgatar a dignidade da mulher negra como sujeito histórico, político e epistêmico.

Por fim, destacamos que esta produção não é apenas acadêmica, mas também uma tomada de posição diante das desigualdades raciais no Brasil. O reconhecimento da branquitude como estrutura de privilégio é um ato de responsabilidade histórica para quem ocupa posições racializadas de poder. É no tensionamento dessas contradições que o conhecimento se torna ferramenta de emancipação.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**.: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

TEMPORALIS. **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano. 2, n. 3, jan./jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social_201804131245276705850.pdf. Acesso em dez. 2025.

³ Entende-se por Questão Social enquanto um conjunto de expressões sociais - considerado conflitos advindos da relação entre capital e trabalho dentro da sociedade capitalista e a maneira em que as desigualdades sociais se acentuam neste sistema econômico (Iamamoto, 2001, p. 17). Trata-se do campo de intervenção do/da assistente social.